

Bari Companhia Hipotecária

**Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Bari Companhia Hipotecária (“Hipotecária”), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, apresenta o presente Relatório da Administração, que introduz as Demonstrações Financeiras, representadas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

As suas atividades estão reguladas, prioritariamente, pelas Resoluções CMN nº 2.122/94 e nº 4676/2018, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, atuando nas seguintes modalidades: a) financiamentos para aquisição de imóveis; b) compra de recebíveis imobiliários; e c) operações creditícias com lastros em bens imóveis (“home equity”), todas com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.

A Hipotecária tem como controlador, com 99% do capital social, o Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., líder do Conglomerado Prudencial Bari, e seus resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Contexto Econômico-Financeiro

Nada obstante o cenário recessivo do semestre, ainda com reflexos em decorrência dos efeitos na economia da pandemia (Covid-19), a Hipotecária soube, ainda que de forma conservadora, administrar as dificuldades que se apresentaram, atendendo pleitos dos clientes em renegociações de créditos, mantendo em funcionamento as diversas áreas técnicas e expandindo suas operações. Para alcançar esses objetivos, contou com significativa parcela do quadro funcional atuando em regime de “home office”, com produtividade que superou as expectativas. No semestre, detectamos a continuidade de recuperação do segmento de construção civil, que nos levaram a uma evolução ainda mais positiva de nossas operações. Corrobora com esta visão o crescimento de novos lançamentos imobiliários, em diversas praças, e do volume de financiamentos por parte de vários agentes atuantes nesse mercado.

Destques Operacionais

Abaixo, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa, com o exercício anterior, a demonstrar os resultados auferidos no período sob apreço:

Valores em R\$/mil

	30/06/2021		31/12/2020
Carteira de operação de crédito	395.282		431.576
Patrimônio líquido	80.085		64.358
Lucro líquido no período / exercício	16.676		29.099
Letras cambiais imobiliárias	351.811		378.608

Ambiente Digital

A Hipotecária também deu passos importantes na esfera digital, o que alavancou seus negócios, trazendo economias processuais e agilidade nos exames de propostas de concessões creditícias. O Conglomerado vem investindo em melhorias tecnológicas, agregando, paulatinamente, novos produtos à área digital, com o que se projeta alcançar novas categorias de clientes e maior volume de transações.

Agradecimentos

Pelas razões antes expostas, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e, em especial, ao corpo de colaboradores que nos ajudaram na trajetória positiva que empreendemos .

Curitiba (PR), 27 de agosto de 2021.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Bari Companhia Hipotecária
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

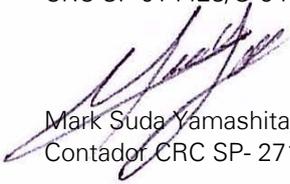
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Bari Companhia Hipotecária

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		<u>144.565</u>	<u>136.432</u>	Circulante		<u>115.899</u>	<u>111.112</u>
Disponibilidades	4	1.348	216	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	93.800	86.666
Instrumentos financeiros		<u>134.770</u>	<u>124.868</u>	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecarias de crédito e similares		93.800	86.666
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>47.757</u>	<u>30.976</u>	Outras obrigações		<u>22.099</u>	<u>24.446</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	47.757	16.850	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		119	6
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	5.a	-	14.126	Sociais e estatutárias		3.399	2.456
Operações de crédito	6	87.013	93.892	Fiscais e previdenciárias	10	6.423	12.105
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	90.620	97.547	Diversas	11	12.158	9.879
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(3.607)	(3.655)	Não circulante		<u>264.904</u>	<u>298.630</u>
Outros ativos financeiros	7	1.221	1.039	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	258.011	291.942
Outros ativos financeiros		1.245	1.039	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecarias de crédito e similares		258.011	291.942
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(24)	-	Outras obrigações		<u>6.893</u>	<u>6.688</u>
Outros ativos	8	7.226	10.309	Diversas	11	6.893	6.688
Outros ativos		8.282	11.197	Patrimônio Líquido	13	<u>80.085</u>	<u>64.358</u>
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(1.056)	(888)	Capital			
Não circulante		<u>316.323</u>	<u>337.668</u>	De Domiciliados no país	13.a	31.700	31.700
Operações de crédito	6	298.263	327.064	Aumento de capital (aguardando aprovação)	13.a	13.300	-
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	304.662	334.029	Reservas de lucros	13.b.c	35.085	32.659
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(6.399)	(6.965)	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		-	(1)
Créditos tributários	18.c	6.018	6.315				
Outros ativos financeiros	7	617	940				
Outros ativos financeiros		1.940	2.015				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(1.323)	(1.075)				
Outros ativos	8	10.267	2.252				
Outros ativos		10.537	2.967				
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(270)	(715)				
Permanente		<u>1.158</u>	<u>1.097</u>				
Imobilizado de uso		<u>365</u>	<u>334</u>				
Outras imobilizações de uso		596	572				
(Depreciações acumuladas)		(231)	(238)				
Intangível		<u>793</u>	<u>763</u>				
Ativos intangíveis		1.019	938				
(Amortização acumulada)		(226)	(175)				
Total do ativo		<u><u>460.888</u></u>	<u><u>474.100</u></u>	Total do passivo		<u><u>460.888</u></u>	<u><u>474.100</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Bari Companhia Hipotecária

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		58.178	45.294
Operações de crédito		58.165	45.035
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	13	479
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	-	(220)
Despesas da intermediação financeira		(18.638)	(14.746)
Operações de captação no mercado	9.b	(17.344)	(11.162)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(1.294)	(3.584)
Resultado bruto da intermediação financeira		39.540	30.548
Outras receitas/despesas operacionais		(14.436)	(13.185)
Receita de prestação de serviços	15	1.167	2.161
Despesas de pessoal		(2.444)	(2.547)
Outras despesas administrativas	16	(10.991)	(11.673)
Despesas tributárias	17	(2.092)	(1.784)
Outras receitas operacionais		513	662
Outras despesas operacionais		(589)	(4)
Resultado operacional		25.104	17.363
Resultado antes da tributação sobre o lucro		25.104	17.363
Imposto de renda e contribuição social	18	(8.428)	(6.194)
Provisão para Imposto de renda		(5.965)	(5.022)
Provisão para Contribuição social		(2.167)	(1.832)
Ativo fiscal diferido	18.c	(296)	660
Lucro Líquido		16.676	11.169
Quantidade de ações		31.700	31.700
Lucro ações		0,5260	0,3523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Bari Companhia Hipotecária

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro Líquido do período	<u>16.676</u>	<u>11.169</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	1	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>16.677</u></u>	<u><u>11.169</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Bari Companhia Hipotecária

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Nota	Capital realizado	Aumento de capital (aguardando aprovação)	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Outras Reservas			
Saldos no início do período em 01 de janeiro de 2020	<u>20.000</u>	<u>11.700</u>	<u>2.014</u>	<u>3.204</u>	-	-	<u>36.918</u>
Homologação de aumento de capital	13.a	11.700	(11.700)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	11.169	11.169
Destinações:							
Constituição de reserva legal	13.b	-	-	558	-	(558)	-
Constituição de reserva especial	13.c	-	-	-	10.611	(10.611)	-
Saldos no final do período em 30 de junho de 2020	<u>31.700</u>	<u>-</u>	<u>2.572</u>	<u>13.815</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.087</u>
Mutações do período	<u>11.700</u>	<u>(11.700)</u>	<u>558</u>	<u>10.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.169</u>
Saldos no início do período em 01 de janeiro de 2021	<u>31.700</u>	<u>-</u>	<u>3.469</u>	<u>29.190</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>64.358</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1	-	1
Aumento de capital (aguardando homologação BACEN)	13.a	-	13.300	-	(13.300)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	16.676	16.676
Destinações:							
Constituição de reserva legal	13.b	-	-	834	-	(834)	-
Constituição de reserva especial	13.c	-	-	-	14.892	(14.892)	-
Dividendos propostos	13.e	-	-	-	-	(950)	(950)
Saldos no final do período em 30 de junho de 2021	<u>31.700</u>	<u>13.300</u>	<u>4.303</u>	<u>30.782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.085</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>13.300</u>	<u>834</u>	<u>1.592</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>15.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Bari Companhia Hipotecária

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		16.676	11.169
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		91	117
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	-	220
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	1.294	3.584
Provisão/(reversão) para outros ativos financeiros	7	272	-
Provisão/(reversão) para outros ativos	8	(277)	-
Provisão/(reversão) para riscos cíveis	12	266	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18	8.132	6.854
Ativo fiscal diferido	18	296	(660)
Provisão para participação nos resultados		190	209
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		14.127	(10.711)
Operações de crédito		34.386	(3.195)
Outros ativos financeiros		(130)	190
Outros ativos		(4.655)	157
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros		-	(22.297)
Recursos de letras de crédito imobiliário		(26.797)	33.196
Instrumentos financeiros derivativos		-	(933)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		113	(139)
Obrigações sociais e estatutárias		(198)	(711)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(3.106)	909
Outras obrigações		2.219	(13.580)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(10.708)	(5.486)
Caixa líquido proveniente / (utilizado) das atividades operacionais		32.191	(1.107)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado		(71)	(18)
Adições ao intangível		(81)	(273)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(152)	(291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		-	(620)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		-	(620)
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		32.039	(2.018)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		17.066	24.862
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		49.105	22.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bari Companhia Hipotecária (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Companhia manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. A Companhia promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2021.

A Bari Hipotecária mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências da Companhia e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

Adicionalmente, o cenário e resultados a partir do segundo semestre de 2020 até a emissão dessas demonstrações financeiras, foi diferente do vivido no início da pandemia, e surpreendeu positivamente, as expectativas do setor bancário. As ações que a administração havia tomado para o início da pandemia, foi revista principalmente para a retomada da geração de operação de crédito.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Resolução BCB nº 2/2020 e de outros regulamentos dessa Instituição e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Nota explicativa 3.d e 6c – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião no dia 26 de agosto de 2021.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica

de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representadas por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de

valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

- d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

g. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

k. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

n. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia assume-se que o lucro líquido da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 16.676 (11.169 em 30 de junho de 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho/2021	Dezembro/2020
Caixa	10	1
Depósitos bancários	1.338	215
Total de disponibilidades	1.348	216
Letras do Tesouro Nacional	37.729	16.850
Operações compromissadas - Posição bancada	37.729	16.850
Aplicação em depósitos interfinanceiros	10.028	-
Total de aplicação em depósitos interfinanceiros	10.028	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	49.105	17.066

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Junho/2021		Dezembro/2020	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	3,40% a.a.	37.729	1,90% a.a.	16.850
DI (pós)	100% DI	10.028	-	-
Total		47.757		16.850

5 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Não existe saldo para o semestre findo em 30 de junho de 2021, somente a informação dos saldos comparativos do encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2020.

a) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

			Dezembro/2020		
			Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro (a)	01/03/2021	14.126	14.128	(2)	
Total		14.126	14.128	(2)	

- (a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	35	29
Rendas posição bancada	346	318
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(368)	132
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(220)
Total	<u>13</u>	<u>259</u>

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	<u>Junho/2021</u>		<u>Dezembro/2020</u>	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Tipo de operação:				
Financ. Imob. não Resid. Aquisição	28.700	7,26%	21.839	5,06%
Financ. Imob. Resid. Reforma e Ampliação	2.921	0,74%	3.339	0,77%
Financ. Imob. Resid. Aquisição	72.702	18,39%	85.148	19,73%
Empréstimo com garantia imobiliária	290.959	73,61%	321.250	74,44%
Total	<u>395.282</u>	<u>100,00%</u>	<u>431.576</u>	<u>100,00%</u>
Circulante	90.620		97.547	
Não Circulante	304.662		334.029	

Essas operações contam com a garantia dos imóveis objetos do financiamento, que são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b) Prazo de realização das parcelas

	Junho/2021	Dezembro/2020
<i>A vencer</i>		
Até 3 meses	21.827	24.521
De 3 meses a 12 meses	63.206	69.011
De 1 a 3 anos	128.844	190.890
De 3 a 5 anos	81.414	122.044
De 5 a 15 anos	91.603	21.002
Acima de 15 anos	2.801	93
Total a vencer	<u>389.695</u>	<u>427.561</u>
<i>Vencidos</i>	<u>5.587</u>	<u>4.015</u>
Total	<u>395.282</u>	<u>431.576</u>
Circulante	90.620	97.547
Não Circulante	304.662	334.029

c) Provisão para perdas em operações de crédito

Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

	Junho/2021	Dezembro/2020
Saldo no início do período	(10.620)	(9.717)
Constituição líquido de reversões	(1.294)	(2.096)
Créditos baixados para prejuízo	1.908	1.193
Saldo final do período	<u>(10.006)</u>	<u>(10.620)</u>
Circulante	(3.607)	(3.655)
Não Circulante	(6.399)	(6.965)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2021, o montante de R\$ 2.009 (R\$ 732 em junho de 2020).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 22.770 (R\$ 6.479 em dezembro de 2020). Não ocorreram operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2021. O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, são considerados renegociados os contratos que apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

d) Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			Junho/2021		Dezembro/2020	
			Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	17.975	17.975	-	32.867	-
A	Normal	0,50%	18.512	579	187.522	206.613	(1.033)	216.636	(1.083)
B	Normal	1,00%	19	2.342	78.098	80.459	(805)	93.488	(935)
	Vencido		-	1.366	13.236	14.602	(146)	7.931	(79)
C	Normal	3,00%	83	957	32.862	33.902	(1017)	51.208	(1.536)
	Vencido		-	134	24.251	24.385	(732)	13.635	(409)
D	Normal	10,00%	-	-	1.641	1.641	(164)	5.537	(553)
	Vencido		-	-	6.729	6.729	(673)	2.420	(242)
E	Normal	30,00%	-	-	237	237	(71)	755	(226)
	Vencido		-	205	3.007	3.212	(964)	544	(163)
F	Normal	50,00%	-	-	487	487	(244)	600	(300)
	Vencido		-	-	1.558	1.558	(779)	227	(114)
G	Normal	70,00%	-	-	33	33	(23)	79	(55)
	Vencido		-	-	310	310	(217)	2.413	(1.689)
H	Normal	100,00%	-	-	-	-	-	163	(163)
	Vencido		-	1.218	1.921	3.139	(3.139)	3.073	(3.073)
			18.614	6.801	369.866	395.282	(10.006)	431.576	(10.620)
Circulante						90.620	(3.607)	97.547	(3.655)
Não circulante						304.662	(6.399)	334.029	(6.965)

e) Cessão de crédito

Durante semestre encerrado em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, no montante de R\$ 5.827 (não há valores comparativos para dezembro de 2020). Para o saldo da carteira oriunda deste tipo de negociação, para o semestre em questão, a Companhia auferiu renda no montante de R\$ 3.134 (R\$ 3.412 em junho de 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios. Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2021, a Companhia alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) no montante de R\$ 5.506 (R\$ 30.199 em dezembro de 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	294	179
Impostos a compensar	29	22
Devedores para compra de valores e bens (a)	515	471
Devedores diversos (b)	393	347
Outros	14	20
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito (d)	(24)	-
Total	1.221	1.039
Não circulante		
Devedores por depósito em garantia	14	14
Devedores para compra de valores e bens (a)	851	926
Títulos sem características de concessão de crédito (c)	1.075	1.075
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito (d)	(1.323)	(1.075)
Total	617	940

- (a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 1.366 (R\$ 1.397 em dezembro de 2020).
- (b) Os valores inscritos em “Devedores diversos” estão representados por:
- b.1. valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 115 (R\$ 131 em dezembro 2020);
 - b.2. R\$ 278 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 195 em dezembro de 2020);
 - b.3. Em 31 de dezembro de 2020, existia também um saldo de R\$ 21, relativo a pagamento de custas com cartório a serem ressarcidos pela cedente da carteira adquirida.
- (c) R\$ 1.075 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte. A administração considerou provisão para perda na sua totalidade; e
- (d) Em 30 de junho de 2021 constitui-se provisão de R\$ 272 para Bens não de Uso alienados de forma parcelada, considerando a expectativa de perda efetuada pela Administração

8 Outros ativos

O saldo do subgrupo “Outros valores e bens” está composto ativos não financeiros mantidos para venda e despesas antecipadas conforme segue:

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas antecipadas seguros e IPTU	17	1
Ativos não financeiros mantidos para venda (a)	8.265	11.196
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1.056)	(888)
Total	7.226	10.309
Não circulante		
Ativos não financeiros mantidos para venda (a)	10.537	2.967
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(270)	(715)
Total	10.267	2.252

- (a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, foram executados R\$ 7.824, somando o saldo total de valores em ativos não financeiros no montante de R\$ 18.802 (R\$ 14.163 em dezembro de 2020). Durante o semestre foram realizados laudos de avaliação destes imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 30 de junho de 2021, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 1.326 (R\$ 1.603 em 2020).

9 Recursos de letras de crédito e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de letras de crédito imobiliários e similares

	Junho/2021			Total	Dezembro/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Saldo Total
	16.381	77.419	258.011	351.811	378.608
Circulante				93.800	86.666
Não circulante				258.011	291.942

b. Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

	Junho/2021	Junho/2020
Despesa de depósitos interfinanceiros	(50)	(486)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(17.076)	(10.001)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(218)	(245)
Total	(17.344)	(10.732)

10 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Imposto de renda	4.298	8.242
Contribuição social	1.693	3.360
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	28	50
Impostos e contribuições s/ salários	57	88
Outros	347	365
Total	6.423	12.105

11 Outras obrigações - diversas

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas de pessoal	165	171
Outras provisões administrativas	1.723	1.226
Partes relacionadas (nota 14)	408	213
Credores diversos - País (a)	9.844	8.251
Rendas antecipadas	18	18
Total	12.158	9.879
Não circulante		
Provisão para riscos cíveis (nota 12)	9	418
Credores diversos - País (a)	6.871	6.247
Rendas antecipadas	13	23
Total	6.893	6.688

- a. Refere-se principalmente a:
- a.1 valores de contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 8.469 (R\$ 6.790 em dezembro de 2020);
- a.2 recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 527 (R\$ 559 em dezembro de 2020), sendo que o seguro no montante de R\$ 247 (R\$ 209 em dezembro de 2020) será repassado às seguradoras e a taxa de administração no montante de R\$ 280 (R\$ 350 em dezembro de 2020) será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato;
- a.3 compra de carteira a prazo no montante de R\$ 3.434 (R\$ 3.084 em dezembro de 2020); e
- a.4 demais valores pulverizados de R\$ 4.285 (R\$ 4.065 em dezembro de 2020).

12 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos na Companhia ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Companhia efetua a provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no semestre e exercício

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui contabilizado provisão para ações cíveis no montante de R\$ 9 (R\$ 418 em dezembro de 2020), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	2021				
	Saldo em 1º de janeiro	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	Saldo em 30 de junho
Cíveis	418	294	(28)	(675)	9
Total – 2021	418	294	(28)	(675)	9
	2020				
	Saldo em 1º de janeiro	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	Saldo em 31 de dezembro
Cíveis	499	7	(88)	-	418
Total – 2020	418	292	(26)	(675)	9

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam processos de natureza fiscais e trabalhistas com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2021 por processos de natureza cível no montante de R\$ 2.601 (R\$ 2.013 em dezembro de 2020).

Não há processos de natureza fiscal e trabalhista classificados como risco de perda possível.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de abril de 2021, foi deliberado pelos acionistas um aumento de capital com reserva de lucros, no montante de R\$ 13.300, com emissão de 13.300 novas ações ordinárias da Companhia. O referido aumento está em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil. O pleito foi protocolado em 17 de maio de 2021.

Em 30 de junho de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País passa a ser de R\$ 31.700, representado por 31.700 ações, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

A composição do capital social é a seguinte:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A..	31.384.000	31.384.000	99,00%
Ivo Luiz Roveda	158.500	158.500	0,50%
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	158.500	158.500	0,50%
Total	31.701.000	31.701.00	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social. reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para reserva legal e dividendos.

d. Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos	Valor Provisionado	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Dividendos propostos em 2018	(908)	908	16/05/2019	8ª AGO 30/04/2019
Dividendos adicionais pagos	-	1.206	16/05/2019	10ª AGE 30/12/2019
Dividendos propostos em 2019	(1.247)	620	27/03/2020	9ª AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em 2020	(1.659)	-	-	10ª AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em junho/2021	(950)	-	-	Não deliberado

e. Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	1º Semestre 2021	Exercício de 2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro líquido do exercício / período	16.676	29.099
Reserva legal (5%)	(834)	(1.455)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	15.842	27.644
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(950)	(1.659)
Dividendos propostos	950	1.659

A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital a próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido.

14 Transações entre partes relacionadas

Descrição:	Junho 2021		Exercício Dezembro/2020	
	Direitos (Obrigações)	Despesa	Direitos (Obrigações)	Despesa
<u>Controladora (a)</u>				
Depósitos Interfinanceiros	(10.028)	(26)	-	(535)
Dividendos	(3.204)	-	(1.610)	-
Reembolso	(266)	-	(148)	-
Serviço de liquidante	-	(15)	-	-
Utilização de estrutura compartilhada (a.1)	(142)	(930)	(83)	(1.699)
<u>Pessoas jurídicas (b)</u>				
Aluguel comercial	-	(41)	-	(63)
Prestação de Serviços (b.1)	(1.075)	(7.255)	(1.074)	(14.411)
<u>Pessoas físicas</u>				
Letra de Crédito Imobiliário	(68.777)	(1.576)	(71.598)	(2.791)
Dividendos	(32)	-	(17)	-
Remuneração aos administradores	-	(381)	-	(449)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S/A para emissão de CRI no montante de R\$ 5.506 (R\$ 30.199 em dezembro de 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (a) Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A;
- (a.1) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.
- (b) Enio Fornea & Cia; Central Brasileira de Cobrança Ltda; Bari Service de Crédito Ltda; Bari Securitizadora S.A.; Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.
- (b.1) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

a. Política de remuneração da Diretoria

A Companhia remunerou cinco membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa e variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2021 está representado por R\$ 381 (R\$ 244 em junho de 2020).

15 Rendas de prestação de serviços

	Junho/2021	Junho/2020
Confecção de cadastro		
Pessoa Física e jurídica	996	1.678

Bari Companhia Hipotecária
*Demonstrações financeiras referente ao semestre
findo em 30 de junho de 2021*

Tarifa de administração de contrato	171	244
Comissão sobre seguros	-	229
Outras	-	10
Total	1.167	2.161

16 Outras despesas administrativas

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2020</u>
Despesas com serviços terceirizados (a)	(7.679)	(8.758)
Despesa com serviços técnicos especializados	(1.076)	(950)
Despesas com propaganda e publicidade	(300)	(125)
Despesas de processamento de dados	(285)	(345)
Despesas serviço sistema financeiro	(141)	(179)
Despesas de comunicação	(94)	(173)
Despesas com aluguel comercial	(41)	(33)
Despesas com depreciação/amortização	(90)	(117)
Despesas judiciais e cartorárias	(493)	(423)
Consulta órgão de proteção ao crédito	(398)	(455)
Outras	(392)	(115)
Total	(10.989)	(11.673)

(a) Referem-se a:

- (a.1) Apropriação de despesas com comissões de correspondentes, no semestre findo em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 2.924 (R\$ 6.065 em junho de 2020);
- (a.2) Comissão em assessoria de cobrança, no semestre findo em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 1.256 (R\$ 1.619 em junho de 2020);
- (a.3) Despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre findo em 30 de junho de 2021, no valor de R\$ 3.384 (R\$ 953 em junho de 2020); e
- (a.4) Demais valores pulverizados no semestre findo em 30 de junho de 2021 de R\$ 115 (R\$ 121 em junho de 2020).

17 Despesas tributárias

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2020</u>
Despesa de PIS	(261)	(227)
Despesa de COFINS	(1.608)	(1.397)
Despesas de ISS	(59)	(108)
Outros	(164)	(52)
Total	(2.092)	(1.784)

18 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2020</u>
Impostos correntes		
Imposto de renda	(5.965)	(5.022)
Contribuição social	(2.167)	(1.832)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(8.132)	(6.854)

Bari Companhia Hipotecária
Demonstrações financeiras referente ao semestre
findo em 30 de junho de 2021

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(163)
Ativo fiscal diferido	(296)	823
Total do imposto de renda e contribuição social	(8.428)	(6.194)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2020</u>
Resultado Antes do Impostos de Renda e Contribuição Social	25.104	17.363
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(8.535)	(5.903)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições permanentes		
Provisões temporárias	-	(5.603)
Swap	-	(237)
Exclusões permanentes		
Provisões temporárias períodos anteriores	53	4.271
Swap	-	555
Deduções fiscais	43	53
Outros	11	10
Total Impostos de Renda e Contribuição Social - correntes	(8.428)	(6.854)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo Inicial em 01/01/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final em 30/06/2021</u>
<u>Imposto de Renda</u>				
Provisão para risco cível	104	73	(175)	2
Outras provisões	712	13	(85)	640
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	3.826	341	(385)	3.782
TOTAL - IRPJ	4.642	427	(645)	4.424
<u>Contribuição Social</u>				
Provisão para risco cível	38	26	(63)	1
Outras provisões	258	5	(31)	232
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	1.377	123	(139)	1.361
TOTAL - CSLL	1.673	154	(232)	1.594
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL	6.315	580	(876)	6.018

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de utilização em sua totalidade até o primeiro semestre de 2024. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2021.

	2022	2023	2024	TOTAL
Créditos Tributários				
De Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	2.688	577	1.161	4.426
Valor Presente	2.577	530	1.022	4.129
De Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	968	208	418	1.594
Valor Presente	928	191	368	1.487

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de captação anual de 1,04%.

19 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), líder do conglomerado Financeiro Barigui e controlador da Bari Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito da Companhia Hipotecária envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados, regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução na Companhia Hipotecária, o Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Insere-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações da Companhia Hipotecária e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

c. **Risco de mercado**

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Companhia Hipotecária emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

d. **Risco de liquidez**

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a Companhia Hipotecária não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios. Tais instrumentos objetivam garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários, incluindo a realização de swaps.

A Companhia Hipotecária conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

e. **Risco de gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela Companhia Hipotecária para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da higidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, a Companhia Hipotecária realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

f. **Risco Socioambiental**

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pela Companhia Hipotecária, incluindo a concessão de crédito, com destaque para aqueles inseridos na área imobiliária, e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados na Companhia Hipotecária apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a seguir transcrito:

“O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: <https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos>

20 Outras informações

Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$31.700 (trinta e um milhões e setecentos mil reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com 99% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em Junho de 2021 foi de 17,96% e está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

21 Evento subsequente

Em 20 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital social aprovado na assembleia de acionistas do dia 30 de abril de 2021.

* * *

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

RESPONSÁVEL TÉCNICA

Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2